



Universidades Lusíada

Grácio, Sérgio, 1946-

Comentário à comunicação sobre o tema : insucesso escolar : dupla exclusão

<http://hdl.handle.net/11067/3969>

Metadados

Data de Publicação	1995
Palavras Chave	Insucesso escolar - Portugal - Madeira (Ilhas da Madeira), Saúde escolar - Portugal - Madeira (Ilhas da Madeira), Serviço social escolar - Portugal - Madeira (Ilhas da Madeira)
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 11-12 (1995)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:27:33Z com informação proveniente do Repositório

COMENTÁRIO À COMUNICAÇÃO SOBRE O TEMA:

O INSUCESSO ESCOLAR: DUPLA EXCLUSÃO

*Pelo Prof. Doutor Sérgio Grácio **

«Eu vou fazer um comentário tão breve quanto possível à exposição que foi feita pela Maria Dorita.

Eu propriamente não tenho nada de especial a acrescentar aquilo que ela disse no domínio e no plano em que ela se situou porque, quer na parte do equacionamento dos problemas de insucesso escolar e das desigualdades perante a escola, quer na parte que lhe diz mais respeito, da intervenção dos técnicos de serviço social na matéria, eu, de facto, não tenho mais nada de especial a dizer e penso que o meu contributo aqui poderia ser o de procurar permitir um certo recuo, um certo distanciamento relativamente à intervenção nesta matéria para poder pensar um pouco melhor as oportunidades reais de intervenção e os seus limites, nesta matéria das desigualdades perante o ensino.

Eu vou adoptar um ponto de vista que na gíria da sociologia é o ponto de vista macro-social precisamente para procurar recolocar esse problema das oportunidades de intervenção e dos seus limites.

Estando em jogo aqui um problema de desigualdades eu começava por o desdobrar em dois aspectos:

- primeiramente as desigualdades tal como existem num momento dado e que têm a ver com a distribuição, nesse momento, dos bens materiais e simbólicos, incluindo neste último caso o estatuto social, na população — isto seria um primeiro aspecto.
- o segundo aspecto, que é o que me parece que está aqui directamente em jogo na questão das desigualdades perante o ensino é o problema do acesso a esses bens desigualmente distribuídos

* Professor da Área de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa.

Ora bem, eu vou-me centrar mais evidentemente neste segundo aspecto mas não deixarei de referir o primeiro porque é evidente que eles estão estreitamente interligados. Quando nós falamos de uma distribuição desigual de bens materiais e simbólicos pela população, e nomeadamente pelas famílias, isto significa mais concretamente, e no que diz respeito aos recursos que têm valor na escola e para o investimento escolar, uma desigual distribuição de recursos económicos e culturais que são decisivos para as oportunidades escolares das crianças e dos adolescentes. E a partir daqui nós podemos até criar uma metáfora para mostrar um pouco o carácter circular dos processos aqui em jogo: se há uma desigual distribuição de bens à partida é evidente que depois no processo de acesso a esses bens, ou seja, mais concretamente, no processo de acesso às posições sociais, nós estamos como que numa corrida em que os corredores são colocados em pontos diferentes logo ao arranque e tendo uma mesma meta, ou conjunto de metas pelas quais estão em competição.

Mais concretamente, nesta abordagem macro-social, eu gostava de abordar aqui os três tipos de instituições sociais que estão em jogo: a Dorita já falou da escola (é uma primeira, evidentemente, é aquela que é mais central na matéria) mas falou também nas famílias (e fez propostas relativamente a isso) e só queria falar num terceiro tipo de instituições que normalmente são mantidos um pouco à margem neste tipo de discussão. Trata-se das empresas, são as instituições económicas e igualmente a administração pública, mas de uma maneira mais subsidiária. E então eu passava, de uma maneira sempre tão breve quanto possível e tão telegráfica quanto possível a uma tentativa de analisar, no essencial, quais são as articulações e as interdependências que estão em jogo entre estes três tipos de instituições.

Podia começar pela escola e pela família e acho que uma maneira de abordar aqui a dinâmica das relações entre a escola e a família era, talvez, lembrar o seguinte: é que em praticamente todas as sociedades as crianças e os adolescentes estão numa situação de grande dependência relativamente aos adultos e numa situação que é duplamente constrangedora relativamente, por exemplo, (e é o caso que no interessa mais directamente aqui) aos seu projectos de formação. Se têm projectos de formação (e isso não é assim tão frequente) e depende, evidentemente, da idade, do percurso anterior, das próprias características da família, mas no caso de terem projectos de formação, não podem prosseguir estes projectos sem, evidentemente, um apoio dos adultos dos quais dependem, e em primeiro lugar dos pais ou da sua família mais próxima. Por outro lado têm uma limitada capacidade para levar a cabo esses projectos de uma maneira autónoma. Na realidade, todos nós sabemos disso, são os adultos que têm projectos para as crianças e adolescentes e além disso têm meios para os constranger às aprendizagens que projectaram para eles através de diversas sanções: quer prémios, quer penalizações.

É evidente que os pais e os professores (os adultos, em geral) das crianças e dos adolescentes ficam muito satisfeitos se verificarem que, a partir de uma determinada altura, as crianças ou os adolescentes, acabam por se apropriar, mais ou menos, dos

projectos que foram criados para eles. De qualquer maneira todos procedem como esses projectos fossem da autoria dos principais interessados ou como se os tivessem escolhido livremente. É assim que as coisas se passam de facto.

Vistas as coisas desta maneira, é fácil chegar à ideia de que a escola só tem sobre a criança ou sobre o adolescente uma autoridade que é delegada quer pelo Estado ou pela Igreja e principalmente pela família; portanto a escola não é a primeira fonte do constrangimento. Dum ponto de vista histórico, este facto, que é fundamental (e como é conhecido de toda a gente) tem conduzido a uma escolarização maciça, a uma escola de massas que se incrementou, como é conhecido de todos, principalmente no após guerra e, sobretudo, nos anos 50, nos então países industriais mas também entre nós com surtos ainda mais recentes de escolarização, por exemplo, aquele que se tem verificado entre nós a partir de meados dos anos 80. Esta escolarização maciça remete para a questão de uma procura social de ensino que tem crescido persistentemente um pouco por todo o lado e igualmente entre nós. Ou seja (e fazendo a ligação com as considerações anteriores), porque é que as famílias formulam e procuram impor persistentemente esses projectos à sua descendência, às crianças e aos adolescentes, que acabam mais ou menos por os adaptar.

Então entra aqui o terceiro protagonista das instituições que eu comecei por referir ou seja, aquele protagonista que faltava e que são as empresas. Se existem os projectos das famílias para com a descendência, por outras palavras, se há uma procura social de ensino e se, aliás, também essa procura social tem crescido é, fundamentalmente, por uma razão extremamente simples: é que o ensino escolar é valorizado pelas empresas. Quer dizer, é retribuído, quer economicamente quer simbolicamente (incluindo aqui, mais uma vez, em termos de estatuto social) pelas empresas. Também pela administração pública mas, como sabem, as empresas representam, de longe, o maior volume de emprego (entre nós como em outros países). E poderíamos olhar um pouco então, muito brevemente, para estas empresas e constatar que os processos sociais em jogo no seu interior (e que se relacionam directamente com tudo isto que eu acabei de dizer) são precisamente aqueles dois processos que eu comecei por evocar logo no início, quer dizer: tanto o processo que conduz à criação e destruição de posições, ou seja, de funções hierarquizadas e diferenciadas dentro da empresa, como o processo de regulação do acesso a essas posições. Tudo isto que eu comecei por referenciar passa-se, de facto, dentro das empresas e como se vai perceber rapidamente (se é que já não estão a perceber) tem de facto a ver com a educação escolar de que as pessoas são portadoras, as pessoas precisamente candidatas a posições e a funções dentro das empresas.

E cabe aqui dizer que se as empresas valorizam a educação escolar e a utilizam para a distribuição das pessoas pelas diferentes funções e posições não é apenas por razões técnicas, como se crê em geral, e como se quer fazer crer também de uma maneira geral. A empresa não é só um meio técnico onde se colocam problemas técnicos: a empresa é, evidentemente, um meio social onde existem problemas de dis-

tribuição de bens materiais e simbólicos associados à distribuição do poder, e está aqui implicado todo um processo, ou todo um conjunto de processos, que é permanentemente criador de tensões ou de conflitos virtuais ou declarados entre os protagonistas, ou seja, os donos e os dirigentes das empresas e aqueles que lá trabalham.

Ora um problema fundamental para as empresas e para aqueles que as dirigem é, de facto, o de criar lealdade e cooperação entre aqueles que lá trabalham e para isso um aspecto crucial está associado à ocupação de posições e de funções nas empresas. Intervém aqui a educação escolar porque, como todos sabem, a educação escolar incorporada nas pessoas, nos indivíduos, serve de critério de acesso às posições, quer se trate de recrutamento externo, por parte das empresas, quer se trate de promoção interna (aquilo que os economistas chamam «os mercados internos» às empresas). Portanto a educação escolar é utilizada pelas direcções das empresas juntamente com as características das pessoas, como a idade, experiência de trabalho, estado civil e até o género, para regular o acesso às posições. Porquê? Porque tem um certo teor de legitimidade social. Eu não estou a dizer que tem uma plena legitimidade, mas tem algum teor de legitimidade social e isso é uma das razões fundamentais, e não apenas as razões técnicas, porque ela é utilizada nas empresas: tem um certo teor de legitimidade social. De facto é melhor do que, por exemplo, dizer que «tal pessoa» foi promovida para «tal lugar» ou que outra foi despromovida, ou posta na prateleira, ou desconsiderada, etc, por causa da cor do cabelo, por exemplo, ou por causa da altura ou outra qualquer característica deste tipo. É muito mais legítimo falar de educação escolar e associar a isso experiência no trabalho e toda uma série de saberes ou de qualificações adquiridas a partir daí.

Bem, daí a utilização da educação escolar. Ora bem, o que é que resulta disto que se passa, de uma maneira generalizada, em todas as empresas, em termos mais macro-sociais, quer dizer, qual é o efeito agregado de todas estas opções, de todas estas decisões que são tomadas nas empresas pelas suas direcções, pelos seus donos e pelos seus dirigentes. Resulta daqui um laço extremamente forte entre educação escolar e posição social e a pesquisa, aliás, tem mostrado, de uma maneira bastante impressionante, que este laço se mantém praticamente inalterado ao longo do tempo independentemente, por exemplo, do grau de escolarização. Não se altera, por exemplo, mesmo com uma maciça das sociedades e isto é absolutamente decisivo e importante para as considerações que eu tenho tido até agora, ou seja, é a partir deste laço (entre educação escolar e posição social) que se gera procura de ensino. é isso que faz com que as famílias tenham projectos para a sua descendência e procurem que a descendência venha a fazer seus estes projectos. Como vocês vêem o círculo da interdependência entre estes três tipos de instituições fecha-se um pouco por aqui.

Mas o que eu queria sugerir com isto é que neste círculo, nesta interdependência entre os três tipos de instituições, as instituições económicas têm um peso absolutamente fundamental. Eu não estou a dizer que neste círculo de interdependências

haja um nexo causal no qual as empresas são uma espécie de primeiro motor e que depois tudo gira à volta disso, não é isso que eu quero dizer, não é em termos propriamente cronológicos (procurar saber o que é que está primeiro) mas em termos de elo forte na cadeia das interdependências, as empresas têm aqui um papel fundamental. Porque reparem apenas no seguinte: se as empresas deixassem de valorizar a educação escolar como fazem, se deixassem de a utilizar como um critério para regular o acesso às posições no seu interior, então toda esta configuração histórica (da escola de massas, do empenho do Estado na escolarização, na escola pública, de procura de ensino acrescida), tudo isto voava em estilhaços, desaparecia. Quer dizer: aquilo que se construiu através de gerações e através das acções de milhares de pessoas, de todo um processo maciço de criação institucional, tudo isto voava em estilhaços ao cabo de pouco tempo. Se a educação escolar deixasse de ser valorizado pelas empresas, ou então se as empresas deixassem de criar funções que fossem hierarquizadas e às quais correspondessem posições distanciadas entre si em termos de hierarquia; se qualquer um destes dois aspectos do processo que é dinamizado pelas empresas falhasse, tudo isto voava em estilhaços; toda esta configuração histórica. O que é que queria sugerir com isto? O que eu queria dizer é que, normalmente, quando se pensa nestas questões de desigualdades perante o ensino e o insucesso escolar pensa-se mais espontaneamente na escola, claro, (e, aliás, não é errado pensar nisso) e nas famílias (e também não é errado pensar nisso) como, aliás, a Dorita mostrou aqui há pouco e muito bem. Mas não se pensa nas empresas, não se pensa nas instituições económicas e no papel considerável que elas têm aqui, se não decisivo. O que é que eu quero dizer com isto: é que nós temos que ter um pouco a noção não só das possibilidades de intervenção neste domínio mas também dos limites da intervenção porque, evidentemente, ninguém vai esperar que as empresas deixem de funcionar desta maneira, nem ninguém vai esperar por exemplo que as famílias (e há aqui, com certeza, muitas pessoas que têm crianças ou adolescentes em idade escolar e que frequentam a escola), vão desistir de querer uma escolaridade e de mobilizar os seus recursos, materiais, culturais e morais, tanto quanto possível, para obter a melhor escolaridade possível para a sua descendência; ninguém vai esperar que isso aconteça, portanto, os processos sociais que estão aqui em causa são processos de competição mais ou menos generalizada. É necessário não o esquecer

Para termos uma ideia de até que ponto é possível intervir aqui e até que ponto é que, por exemplo, a escola pode, de facto, ser correctora nos processos de acesso às posições e nas desigualdades de acesso às posições que foi o novo ponto inicial.

A minha ideia, que eu gostava de pôr aqui um pouco à discussão, é que, de facto, a escola não pode ter as costas largas nesta matéria. Não pode ter as costas largas nem correlativamente a intervenção que pode ser feita pelos técnicos de serviço Social, situem-se eles onde se situarem (por exemplo, nos casos dos serviços de saúde escolar). Há limites. Muita coisa é possível fazer. Aliás praticamente nada

tem sido feito do ponto de vista das práticas de ensino e do enquadramento institucional do ensino para tentar atenuar essas desigualdades. O conhecimento da matéria é extremamente reduzido, por isso são extremamente valorosos trabalhos como este de pesquisa e de reflexão na matéria. Mas ao mesmo tempo devemos ter a noção, creio eu, dos limites da intervenção. E se fosse possível (e eu estou a ter em conta tudo o que foi dito pela Maria Dorita acerca das características da população da Madeira e das características que assume o problema do insucesso escolar na Madeira), pelo menos, que os mais desmunidos conseguissem obter a escolaridade obrigatória tal como ela é definida hoje em dia, isso já seria excelente, mas sem grandes ilusões no que respeita à possibilidade de corrigir as desigualdades do acesso ao ensino, porque as distâncias entre os diferentes competidores, entre as diferentes categorias de famílias implicadas na competição, tendem a manter-se ao longo do tempo. Podemos contribuir para reduzir essas distâncias, mas devemos ter a noção, por tudo quanto foi dito, que é totalmente utópico anulá-las.

A ideia de igualdade de oportunidades continua a ser, hoje como ontem, uma mistificação. Seria bem mais interessante substituí-la pela noção do que é que está ao nosso alcance fazer para reduzir tanto quanto possível a desigualdade de oportunidades.»